

Para a História do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

O *Diário Ilustrado*, de Lisboa, de 11 de Janeiro de 1963, publicou, embora com outro título, a seguinte *entrevista*:

Manuel Alves de Oliveira, director do Arquivo Alfredo Pimenta e da revista de portugalidade *Gil Vicente*, de Guimarães, é um escritor-historiador cuja carreira tem sido assinalada por uma notável isenção, pela seriedade no trabalho, pelo equilíbrio das suas opiniões, pelas suas qualidades de investigador. Começámos por lhe perguntar:

— *Qual o valor dos tombos regionais na investigação histórica?*

— Os tombos regionais desempenham um grande papel na investigação histórica, sobretudo quando dizem respeito, como no caso de Guimarães, a centros que tiveram uma grande influência na vida cultural e artística da Nacionalidade. E Guimarães, tanto pela sua Colegiada como, também, pelo seu Real Mosteiro da Costa que deveu a sua fundação e origem à rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, 1.º rei de Portugal, e filha de Amadeu III, conde de Sabóia, Moriana e Piemonte, marcou um lugar destacado como notável centro de artes. Sem o conveniente aproveitamento dos tombos que foi possível reunir, a investigação histórica tornar-se-ia ainda mais deficiente e depararia com dificuldades intransponíveis. Ainda no que respeita a Guimarães, o chamado *Cartulário de Mumadona*, que indevidamente se guarda na Torre do Tombo, é fonte de elementos valiosíssimos para a história do velho burgo medieval, suprimindo, assim, em parte, as deficiências originadas pela perda do *Censual das Terras de Guimarães* que foi possível reorganizar em 28 de Setembro de 1259 com o título «Noticia de hiis que

dantur et debent dari de ecclesiis de terra de Vimarani», e que era de capital importância para um melhor conhecimento da vida económica, religiosa, administrativa e social da nossa Idade Média. Os primeiros estatutos da Colegiada datam de 1291 e concediam-lhe privilégios não só em relação ao poder dos arcebispos como, também, ante o poder civil. O Real Mosteiro da Costa formou uma espécie de Universidade, sob a direcção de D. Fr. Diogo de Murça, nela se professando Humanidades, Teologia e Escritura Sagrada. E de tal modo eram reconhecidos os seus méritos que ali fizeram a sua educação os príncipes D. Duarte, filho bastardo de D. João III, e D. António, o, mais tarde, célebre Prior do Crato, filho bastardo de D. Luís. Também no século XVIII floresceu em Guimarães uma academia literária que marcou entre as congêneres do seu tempo.

— *Qual a protecção oficial aos tombos regionais?*

— Eis uma pergunta a que não é fácil responder, sobretudo no que respeita ao caso especial de Guimarães. A Colegiada, por exemplo, teve, durante largos séculos, uma influência decisiva na vida de Guimarães. Em 7 de Novembro de 1385 D. João I tomou sob sua protecção, defesa e encomenda a Igreja, o Prior e o Cabido. A Igreja era, nessa altura, centro de romagem de peregrinos que traziam à veneranda Virgem da Oliveira o tributo da sua fé, o que deu incremento à arte de ourivesaria, que se tornou afamada, sendo justo salientar de entre os ouriveseiros dessa época o nome de Gil Vicente, o da custódia de Belém. As regalias concedidas foram confirmadas, e algumas mesmo alargadas, pelos reis que lhe sucederam. Em 1848, apesar da lei de 16 de Junho, a Colegiada de Guimarães aguentou-se. Porém, já o mesmo não aconteceu aquando do decreto de 1 de Dezembro de 1869, que a extinguiu. Mas já antes, em 1863, faz agora precisamente um século, parte valiosa do tombo, até ao século XVI, constituída por quatro mil e duzentos documentos, tinha sido recolhida na Torre do Tombo. Da lei de 14 de Setembro de 1890 voltou a ressurgir a gloriosa Colegiada de Guimarães. Mas não lhe foram restituídos os documentos transferidos para a Torre do Tombo. Depois, a Lei da Separação, de 1911, proporcionou a confiscação de todos os seus bens e

deixou o resto do tomo num absoluto abandono. Salvou-o de uma perda total a benemérita acção da Sociedade Martins Sarmento, que o guardou ciosamente.

— *O que é o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e qual a sua função?*

Em 27 de Junho de 1931 foi criado o Arquivo Municipal de Guimarães, para onde transitou o tomo da Colegiada existente em 1911, constituído ainda, por 153 440 espécies que ficaram a formar o seu fundo essencial. Por decreto de 27 de Novembro desse mesmo ano foi o Arquivo confiado à guarda da Câmara Municipal de Guimarães, com os encargos consequentes. Logo a seguir, por decreto de 22 de Dezembro, foi nomeado seu director, em comissão de serviço, o escritor Dr. Alfredo Pimenta. Três anos depois, em 14 de Outubro de 1934, ficou instalado no actual edificio, que durante séculos serviu de sede da Câmara Municipal e que, apesar das deformações por que tem passado desde a sua construção no reinado de D. Manuel I, ainda tem interesse exterior. Mas, interiormente, é exíguo para a sua função e está sujeito a vários riscos e perigos que espero ver desaparecidos em breve. A Câmara Municipal, a que preside com a sua tão meritória actividade o Sr. Dr. José Maria de Castro Ferreira, tem demonstrado os melhores propósitos de me auxiliar nesse sentido, estando a ser devidamente estudada a sua ampliação para que o Arquivo possa ter uma mais apropriada instalação, melhor disposição das espécies, mais unidade de arrumo e imprescindível e confortável acolhimento de consulta. A função do Arquivo, que depois do falecimento do seu primeiro director e em homenagem à sua memória passou, por decreto de 25 de Fevereiro de 1952, a designar-se «Arquivo Municipal Alfredo Pimenta», é, principalmente, a da recolha de documentação local dentro dos respectivos núcleos que o constituem: — o da Colegiada (o mais importante), o notarial, o camarário, uma parte do judicial e livros paroquiais. Dentro dessa função estou a procurar reunir no Arquivo todos os livros e demais documentação que se encontram dispersos ou arrumados, sem utilidade prática, noutros arquivos, no que tenho encontrado por parte do Ex.^{mo} Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, Sr. Dr. Luís Silveira — e é justo salientá-lo em prova do

muito reconhecimento que lhe é devido —, um valioso estímulo nesse sentido. Creio até provável poder obter, logo que as instalações do Arquivo o vierem a permitir, a restituição que se deve a Guimarães das espécies arrecadadas desde 1863 na Torre do Tombo e, ainda, dos 55 preciosos pergaminhos medievais retirados da Colegiada de Guimarães nos princípios do século XIX e que se encontram, presentemente, no Arquivo da Universidade de Coimbra. Como se verifica, o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta constitui um núcleo clássico da história local e é sua missão, portanto, afervorar os estudiosos e os investigadores em todos os sentidos da espiritualidade e da mentalidade nas especialidades a que se dediquem. A despeito da manifesta exiguidade da sua dotação, publica, desde Março de 1933, um *Boletim de Trabalhos Históricos* cujo XXI vol. (1959-1961) vai ser distribuído em breve. Por iniciativa da Câmara Municipal, vai editar, no corrente ano, *Cartas dos Outros*, volume que reúne várias cartas de escritores e de políticos dirigidas a Alfredo Pimenta, curiosas, na verdade, para o conhecimento de uma época e da evolução política e literária do escritor vimaranense e doutrinador de Portugalidade. Pela minha parte estou a proceder a um trabalho que espero concluir neste ano e, possivelmente, publicar a expensas da Câmara Municipal, que se intitulará *Um século na urbanização de Guimarães*, no qual procurarei dar a ideia exacta — e devidamente ilustrada — da transformação urbanística que, durante um século (1863-1963), se foi operando no velho e histórico burgo que foi o Dia Primeiro de Portugal.